



**ATA DA 41ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO –
2016
(114ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO PJE)**

Ata da 41ª Reunião do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, realizada em 11 de novembro de 2016, às 13h30, na Sala de Reuniões da Presidência, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador **Flávio Rostirola**, presentes os membros do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, designados pela Portaria GPR N. 664, de 13 de maio de 2014, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 14 de maio de 2014, a saber, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Corregedoria Doutor **Caio Brucoli Sembongi**, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da 24ª Vara Cível de Brasília Doutor **Flávio Augusto Martins Leite**, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Substituto **Josmar Gomes de Oliveira**, o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça do MPDFT Doutor **André Vinícius Espírito Santo de Almeida**, a Senhora Assessora do MPDFT **Gabriela Badaró**, o senhor representante da OAB/DF Doutor **Vitor Wakim Baptista**, a Excelentíssima Senhora Defensora Pública **Sandra Aparecida Dohler Ferreira**, o Excelentíssimo Senhor Procurador do DF **Alexandre Moraes Pereira**, o Senhor Secretário do Processo Judicial Eletrônico Doutor **Declieux Dias Dantas**, a Senhora Coordenadora de Gestão dos Sistemas de Segunda Instância – CGSIS Doutora **Rosely de Paula Menezes** e o Senhor Coordenador Substituto da Coordenadoria de Projetos e de Sistemas da Primeira Instância - COSIST **Tulio Vieira Lins Parca**. Presente ainda, a Senhora Secretária Substituta da Escola de Formação Judiciária do TJDFT **Luana Pimenta de Andrada**. Ausentes, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Primeira Vice-Presidência Doutor Lizandro Garcia Gomes Filho, tendo indicado para substituí-lo o Senhor Assessor da Primeira Vice-Presidência **Luiz Antônio de Araújo**; a Excelentíssima Senhora Juíza Assistente da Segunda Vice-Presidência Doutora Luciana Yuki Fugishita Sorrentino, tendo indicado para substituí-la nessa reunião a Senhora Assessora da Primeira Vice-Presidência **Fernanda Rocha Ramos** e o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito do 7º Juizado Especial Cível de Brasília Doutor **Flávio Fernando Almeida da Fonseca**. O Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola iniciou os trabalhos submetendo à apreciação dos membros do Comitê o **primeiro item da pauta: Aprovação da Ata da 40ª Reunião do Comitê Gestor, realizada em 04 de novembro de 2016.** Não houve impugnação e a ata foi declarada aprovada. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola passou ao **segundo item da pauta: Plantão de 1º e 2º Grau no PJE.** Foi franqueada a palavra ao Senhor Secretário do PJE Declieux Dias Dantas que informou que em reunião com a Administração do Tribunal ficou definido que durante o Feriado Forense de 20/12/2016 a 06/01/2017, o o plantão será eletrônico no PJE, no 1º Grau e no 2º Grau, nas matérias que o PJE já estiver instalado, quais sejam: o agravo de instrumento, mandado de segurança e nas varas da fazenda pública, onde o PJE será



implantado em 16/12/2016. Foi informado que a equipe da Subsecretaria de Relacionamento e Atendimento – SURAT está instalando o segundo monitor na Primeira Vice-Presidência, Segunda Vice-Presidência e na Corregedoria e a Secretaria da Escola de Formação Judiciária – SEEF está verificando a possibilidade de ofertar treinamentos durante o plantão. Conforme esclareceu, o artigo 13 da Portaria Conjunta N. 53/2014 prevê o peticionamento fora do PJE, pelas vias ordinárias, nos casos de indisponibilidade do sistema e o prazo para a prática do ato não for prorrogável ou essa prorrogação possa causar perecimento do direito ou quando na prática de ato urgente, o usuário externo não possua a assinatura digital, a fim de impedir o perecimento do direito. Será verificada a possibilidade de estender o prazo da autorização para que os advogados possam distribuir o processo sem o certificado digital, na sala de atendimento do PJE, até o dia 06/01/2017. A Senhora Defensora Pública do DF solicitou que os setores de Distribuição e Redução a Termo distribuam os processos para a Defensoria Pública quando o autor não possui o CPF em razão da regra de negócio do PJE que não permite aos defensores públicos a possibilidade de escolher a opção **“Não possui este documento”** no cadastro da parte autora na rotina de distribuição. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola franqueou a palavra a Senhora Secretária Substituta da SEEF que informou que a Escola de Formação está organizando treinamentos presenciais para o PJE, nos meses de novembro e dezembro e as novas turmas serão organizadas à medida em que o Senhor Secretário do PJE repassar o cronograma de novas implantações. Conforme esclareceu, a SEEF reforçou a equipe de formadores e haverá turmas nos três turnos: manhã, tarde e noite e também durante o plantão. Em relação ao treinamento para o Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU, a Escola realizará treinamentos para três perfis: Distribuidor, Ministério Público/Promotor e OAB/Defensoria Pública. Esclareceu que a Escola está trabalhando desde o início de novembro no desenvolvimento desse treinamento, que será ofertado na modalidade EAD – Ensino à Distância. A SEEF busca uma forma de tornar o treinamento mais interativo e efetivo possível, através de vídeo aulas e exercícios no ambiente de treinamento. Informou que na próxima segunda-feira, dia 14/11/2016, haverá uma apresentação do ambiente de treinamento com a servidora Erica Tanner do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Na ocasião, convidou os representantes do MPDFT, OAB/DF e Defensoria Pública para participar desse evento e os respectivos representantes manifestaram interesse em participar, ocasião em que informaram seus e-mails para a confirmação do local e horário do evento. A Senhora Secretária Substituta da SEEF solicitou que fosse informado também pelos representantes de cada um desses órgãos quem seria a pessoa de referência para que possa ser encaminhada a divulgação do treinamento, uma vez que trata-se de inscrição para público externo. Conforme foi informado, no dia 14/11/2016 será encaminhada a divulgação do treinamento. No período de 16/11 a 24/11/2016 estarão abertas as inscrições e nos dias 28, 29 e 30/11/2016 será



realizado o treinamento para os três perfis de Defensor, Promotor e Advogado, com três horas de duração, sendo uma hora por dia. Foi informado que o representante do Ministério Público será o Procurador de Justiça André Vinícius de Almeida. A Defensoria Pública indicou a Defensora Pública Marinei Resende Aguiar de Deus e para representar a OAB/DF foi indicada a Conselheira Hellen Falcão. O Senhor Coordenador Substituto da COSIST solicitou que a Senhora Secretária Substituta da SEEF verifique quem é a pessoa no CNJ que conhece o módulo do SEEU sobre os oficiais de justiça. A Senhora Secretária Substituta da SEEF agradeceu o espaço no Comitê Gestor para a divulgação do treinamento e solicitou permissão para retirar-se em virtude de outros compromissos na Escola Judiciária. O Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Comitê Gestor agradeceu a presença da Dra. Luana Pimenta e os esclarecimentos prestados. Em seguida, passou ao **terceiro item da pauta: Alteração do artigo 14, parágrafo 4º, da Portaria Conjunta n. 53/2014.** Foi aprovada a seguinte redação, por unanimidade: **“Os documentos cuja digitalização se mostre tecnicamente inviável, bem como os arquivos eletrônicos, devido ao grande volume, tamanho/formato ou por motivo de ilegibilidade, deverão ser apresentados em secretaria no prazo de dez dias, contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato. Após o trânsito em julgado, os referidos documentos e arquivos eletrônicos serão devolvidos, incumbindo-se à parte preservá-los até o final do prazo para propositura de ação rescisória, quando admitida.”** Na sequência, passou ao **quarto item da pauta: Assuntos Diversos.** O Senhor Secretário do PJE informou que foi consultada a equipe técnica do CNJ sobre a possibilidade de que o sistema passe a numerar as páginas do processo no PJE. Segundo destacou essa seria uma mudança robusta. Foi destacado que o maior problema da falta de numeração é a retirada de um documento do processo. Em seguida, o MM Juiz de Direito Doutor Flávio Leite relatou que na última reunião havia sido discutida a questão da habilitação do advogado e o Senhor Secretário do PJE localizou e repassou o número de uma Issue que foi aberta no CNJ, para tratar de todas as pendências relativas à habilitação. Conforme informou, após analisar a referida Issue, verificou que ela seria bastante técnica e abrangeria todas as regras de negócio, atendendo definitivamente às necessidades do advogado se habilitar. O trabalho do CNJ já está bastante adiantado em relação a essa Issue e está no estágio de testes. Segundo foi esclarecido, essa Issue atenderia apenas a OAB/DF. A Senhora Defensora Pública Sandra Dohler solicitou que fosse verificada a possibilidade de incluir a Defensoria nessa Issue. O Senhor Secretário do PJE destacou que se for solicitada a inclusão da entidade nessa ordem de serviço, a Issue irá retroceder para o início e que o melhor seria a abertura de uma solicitação específica para habilitação automática nos autos. O MM Juiz de Direito Doutor Flávio Leite sugeriu que fosse colocado o Defensor com um número da OAB ou que fosse criada uma nova entidade para a DPDF, o que teria que passar obrigatoriamente pelo CNJ. Após debaterem sobre o tema, foi sugerida a abertura de uma Issue:” Permitir a



utilização do menu:” Solicitar habilitação” pelo ente Defensor Público. Na sequência, o Excelentíssimo Senhor Procurador do DF Doutor Alexandre Moraes relatou que a PGDF estaria enfrentando inúmeras dificuldades com a antecipação da implantação do PJE na Vara de Execução Fiscal - VEF, no próximo dia 09/12/2016, principalmente em relação ao sistema não possuir uma ferramenta denominada “ajuizamento de ações em lote”. Segundo relatou, o volume de ações seria muito grande e esse volume teria um forte impacto sobre a PGDF. Na oportunidade, questionou sobre a possibilidade do Tribunal reavaliar essa data uma vez que a antecipação de quase dez meses poderia trazer graves prejuízos tendo em vista que a PGDF não conseguirá ajuizar muitas ações pelo volume de ações em massa. O Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola indeferiu o pleito de adiamento da implantação do PJE na VEF, esclarecendo que o Tribunal tem metas a cumprir perante o CNJ e que, mais do que nunca, é preciso dar celeridade ao processo judicial eletrônico, inclusive por questões de restrições orçamentárias gravíssimas que esta Casa de Justiça vem enfrentando. Todavia, destacou que se a Procuradoria Geral encontrar dificuldades poderá contar com o auxílio da equipe técnica do Tribunal. Ao final, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola agendou a 42ª reunião do Comitê Gestor do PJE, para o dia 18 de novembro de 2016, às 13h30. Exaurida a pauta e não havendo outras deliberações por parte dos presentes, encerrou a sessão às 14h50min, determinando que fosse lavrada a presente ata, que por ser a expressão da verdade segue assinada por todos os presentes.

Desembargador FLÁVIO ROSTIROLA

Presidente do Comitê Gestor do PJE

CAIO SEMBONGI BRUCOLI

Juiz Assistente da Corregedoria

FLÁVIO AUGUSTO MARTINS LEITE

Juiz de Direito da 24ª Vara Cível de Brasília

JOSMAR GOMES DE OLIVEIRA

Juiz de Direito Substituto do CEJUSC/JEC/BSB

ANDRÉ VINÍCIUS ESPÍRITO SANTO DE ALMEIDA

Procurador de Justiça do MPDFT

GABRIELA BADARÓ

Assessora do MPDFT



VICTOR WAKIM BAPTISTA

Advogado da OAB/DF

SANDRA APARECIDA DOHLER FERREIRA

Defensora Pública do DF

ALEXANDRE MORAES PEREIRA

Procurador do DF

RICARDO AUGUSTO BARROS MENDES

Secretário-Geral da Corregedoria

DECLIEUX DIAS DANTAS

Secretário do PJE

TULIO VIEIRA LINS PARCA

Coordenador Substituto da COSIST

LUIZ ANTÔNIO DE ARAÚJO

Assessor da Primeira Vice-Presidência

FERNANDA ROCHA RAMOS

Assessora da Segunda Vice-Presidência

LUANA PIMENTA DE ANDRADA

Secretária Substituta da SEEF